



<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quarta-feira	<b>Salário mínimo</b> Últimos	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,41% São Paulo	0,86% Nova York	R\$ 5,313 (- 0,32%)	27/novembro 5,352 28/novembro 5,335 1/dezembro 5,359 2/dezembro 5,330	R\$ 6,202	14,90%	14,90%	junho/2025 0,24 julho/2025 0,26 agosto/2025 -0,11 setembro/2025 0,48 outubro/2025 0,09

BRASÍLIA SUMMIT

# Segurança jurídica no agronegócio

Empresários, especialistas e autoridades destacaram a previsibilidade nas leis como um dos pilares da competitividade

» FERNANDA STRICKLAND  
» LETÍCIA CORRÊA\*

A segurança jurídica no campo e o papel estratégico do agronegócio brasileiro foram os eixos centrais do 5º Brasília Summit — Segurança Jurídica no Agro, promovido, ontem, pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) e pelo **Correio Braziliense**. Autoridades, empresários e especialistas defenderam que previsibilidade, modernização das leis e regularização fundiária são essenciais para manter o país competitivo e ampliar a produtividade do setor que mais impulsiona a economia nacional.

Na abertura do evento, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), destacou o impacto da política de regularização fundiária rural conduzida pelo governo. Segundo ele, a iniciativa trouxe estabilidade, reduziu conflitos e destravou investimentos. “O DF é um dos estados que mais produzem sementes de soja, que são espalhadas por todo o Centro-Oeste e até para o Paraná”, afirmou, lembrando o peso da agricultura local. O governador relatou que, por décadas, produtores instalados desde a fundação de Brasília enfrentavam insegurança por falta de documentos — muitos, já idosos, precisavam comprar terras em outros estados para obter crédito. “Isso inviabilizava totalmente os financiamentos”, disse. Para reverter o quadro, o governo criou, em parceria com a Terracap, uma empresa subsidiária dedicada à regularização rural, modelo inspirado no Mato Grosso. Em menos de um ano, 1.800 propriedades receberam títulos e a meta dele é concluir o processo até 2026 com 100% das áreas regularizadas.

Ibaneis celebrou ainda resultados econômicos, como o desempenho da AgroBrasília — “quarta maior feira de vendas de equipamentos agrícolas do país, movimentando mais de R\$ 4 milhões em apenas três dias” — e programas de turismo rural, incluindo a Rota do Queijo e a Rota do Vinho Brasileiro. “Brasília cresceu muito nessa área, e isso precisa ser noticiado.”

Presidente do Lide Brasília, Paulo Octavio defendeu que a segurança jurídica precisa ser tratada como direito básico do produtor e do investidor. “O Brasil é dono de uma

Ed Alves CB/DA Press



O 5º Brasília Summit foi realizado, ontem, pelo Lide e pelo Correio e contou com a presença de políticos, empresários e especialistas do setor

vocação extraordinária para o agronegócio... Segurança jurídica não é um favor do Estado, mas é um direito do produtor, do investidor, do exportador e de todos que acreditam na força do campo”, defendeu.

Entraves

O empresário chamou atenção para entraves do setor financeiro, queixando-se da judicialização excessiva das operações de crédito rural, e reforçou o peso macroeconômico do agronegócio — 24,8% do Produto Interno Bruto (PIB), 49% das exportações e 28 milhões de empregos — mas alertou que a questão fundiária impede 120 mil proprietários de produzir mais.

O head do Lide Agronegócios e ex-secretário de Agricultura de São

Paulo, Francisco Matturro, ressaltou a importância da ciência e do esforço dos produtores e destacou que o DF é “uma das regiões mais tecnificadas do país”. “Aqui se conta muito com a nossa Embrapa (...), mas principalmente com o suor do produtor”, afirmou. Ele citou a transformação do Cerrado em potência agrícola graças à pesquisa e à determinação do agricultor. “O produtor teve coragem de enfrentar o Planalto Central, terra complicada”, afirmou.

A jornalista e ex-senadora Ana Amélia Lemos reforçou que a insegurança jurídica é o “nó mais apertado na garganta do produtor rural”, agravado pela morosidade do Judiciário e pelas indefinições fundiárias. “O poder Judiciário precisa entender como a economia

contemporânea funciona... Temos que aliviar, sem criar aberturas especiais, mas rigorosamente dentro da lei, sem a morosidade que custa tão caro quanto uma decisão mal dada.”

Assim como Paulo Octavio, o fundador e co-chairman do Lide, João Doria, elogiou a política fundiária do DF. Ele ainda revelou bastidores de encontros com autoridades europeias, relatando mudança da França em relação ao acordo Mercosul-União Europeia. Segundo o ex-governador paulista, o presidente francês Emmanuel Macron declarou-se favorável ao acordo Mercosul-União Europeia em reunião no Palácio do Eliseu. “É uma oportunidade extraordinária. Um mercado de 700 milhões de consumidores”, disse.

Encerrando o evento, o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, adotou tom crítico e defendeu reformas profundas. “Como podemos falar de segurança jurídica, quando um país tem mais de 7 milhões de leis?”, questionou. Ele criticou contradições entre entes governamentais, decisões judiciais e conflitos envolvendo terras indígenas em seu estado. Também apontou a sobrecarga da Justiça. “Como você pode ter segurança quando vê um sistema judiciário com mais de 80 milhões de ações?” Para Mendes, o Brasil precisa agir “na direção certa” para deixar de ser “o país do futuro” e se tornar o país do presente.

\*Estagiários sob a supervisão de Rosana Hessel

## Distorções de diagnóstico

» RAFAELA GONÇALVES  
» RAFAELA BONFIM\*

Apesar de ampliar sua presença no mercado global, o agronegócio brasileiro ainda esbarra em insegurança jurídica, retração de crédito e no uso distorcido da recuperação judicial. Produtores e juristas convergiram em um mesmo diagnóstico: por trás da expansão internacional, o setor enfrenta turbulências internas que ameaçam frear seu potencial de crescimento.

Esse cenário guiou as discussões do 5º Brasília Summit, ontem. O primeiro painel do evento foi dedicado ao tema “Contratos, crédito e garantias: como aumentar a confiança jurídica nas operações rurais”. O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, Guilherme Campos Júnior, afirmou que a percepção internacional sobre o setor mudou de forma significativa e sintetizou essa transformação em uma frase de impacto: “O agro brasileiro não é mais o celeiro do mundo, é o supermercado do mundo.” Segundo ele, produtividade, manejo eficiente e inovação sustentam esse avanço. Um desempenho que, como observou, “assusta muita gente”.

O presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA) e vice-presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Renato Buranello, defendeu uma visão mais ampla e técnica da cadeia de produção agroindustrial e pediu racionalidade no uso da recuperação judicial (RJ). Para ele, a falta de entendimento sobre a complexidade do setor tem alimentado decisões equivocadas e ameaçado a integração das redes de negócios. Buranello ainda expressou preocupação com o aumento de recuperações judiciais no setor. “Estamos batendo recorde de recuperações judiciais. Algumas são necessárias, mas muitas estão desvirtuadas. Há uma irracionalidade nisso”, afirmou.

O setor privado desempenha um papel decisivo no avanço do agronegócio brasileiro, mas ainda enfrenta entraves que comprometem a segurança jurídica nas operações rurais, na avaliação de Patrícia Medeiros, diretora jurídica da Syngenta. Segundo ela, é preciso desconstruir a visão de que o setor privado seria um antagonista nas operações de crédito rural. A executiva destacou a importância do setor privado para o agronegócio, porque responde por aproximadamente 30% do financiamento do setor, algo que não é compreendido, na avaliação dela, pelo setor jurídico. Para a diretora, o país dispõe de legislação adequada, mas falha na execução. “Nós temos as ferramentas. O que não temos é eficiência e celeridade na aplicação da lei”, enfatizou.

Diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi afirmou que o setor vive “a tempestade perfeita”, combinando queda de preços, perdas climáticas e retração de crédito. Segundo ele, eventos climáticos, entre 2013 e 2024, provocaram prejuízos de R\$ 732 bilhões, sendo 57%, no campo.

# Efeitos em toda a cadeia produtiva

» RAPHAEL PATI  
» PEDRO JOSÉ\*

A falta de segurança jurídica no campo tem efeitos em toda a cadeia produtiva e pode travar o crescimento brasileiro, na visão de especialistas e líderes do setor público. Durante seminário, o 5º Brasília Summit, ontem. O assessor especial do Ministério da Agricultura, Carlos Ernesto Augustin, afirmou que essa crise também alcança a concessão de crédito no setor. Para ele, os bancos não conseguem financiar produtores com histórico de dívidas, apesar de haver liquidez no mercado.

“Não existe escassez de dinheiro, existe escassez de bom cadastro. O banco não consegue emprestar porque o sujeito já vem de problemas do passado e não tem

mais limite de crédito”, destacou, no segundo painel sobre impactos da tecnologia e compliance jurídico no setor agrícola. Ele também mencionou riscos climáticos e falta de seguro agrícola capaz de prevenir o endividamento crescente.

O assessor criticou a utilização da recuperação judicial por empresários e autoridades que, segundo ele, atuam sem responsabilização adequada. Augustin argumentou que leis existentes já dão base para combater ilegalidades, mas que falta fiscalização e aplicação, segundo ele, juízes ignoram mudanças recentes na legislação e decisões judiciais acabam estimulando práticas fraudulentas no crédito rural. “O judiciário tem que ser mais sério.

Ex-ministro da Agricultura, Antônio Cabrera considerou que o

Brasil ainda possui desafios importantes para expandir o potencial agrícola nos próximos anos. Para ele, a burocracia estatal é uma das maiores inimigas desse progresso e citou o exemplo de espécies, como tilápias e eucalipto, que foram consideradas como danosas ao ecossistema recentemente e no qual o Brasil é forte economicamente.

Cabrera ainda ressaltou que o maior gargalo do setor, atualmente, é a importação de fertilizantes. “De 80% a 90% dos nossos fertilizantes são importados”, destacou. Ele ainda lamentou a falta de hidrovias no Brasil, apesar de o país ter três “Mississippis” — em referência ao maior rio dos Estados Unidos.

A falta de segurança jurídica no agronegócio também afeta diretamente as populações mais

vulneráveis, de acordo com a advogada de direito socioambiental e fundadora do Pineda & Krahn Sociedade de Advogados, Samanta Pineda. Para a especialista, a questão das unidades de conservação tem sido um desafio para esse grupo, visto que pequenos produtores podem ser removidos dessas áreas, mesmo tendo uma criação já estabelecida.

Ex-senadora e ex-ministra da Agricultura, Kátia Abreu não poupou críticas ao atual patamar da taxa básica da economia (Selic), de 15% ao ano, e admitiu que se arrependeu ter votado a favor da autonomia do Banco Central, em 2021. Para ela, o aumento da dívida pública é resultado da política monetária restritiva, e não da elevação de gastos do governo federal. “Nós temos o direito de gritar ‘maldita a hora em que eu votei por esse Banco

Central independente’. É um arrependimento mortal que eu tenho”, disse. Abreu elogiou a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e destacou que o setor avançou “porque incorporou ciência, transparência e governança”.

No entanto, o chefe da Assessoria da Presidência da Embrapa, Daniel Trento, lembrou que a inovação no setor agropecuário depende do avanço na aplicação das normas que regem pesquisa e desenvolvimento. “Hoje, praticamente 50% do tempo do pesquisador é para resolver burocracia. Nós somos líderes em pedido de patente. Um dos principais países que registram patente, hoje, no mundo é o Brasil. Por outro lado, estamos em 52º na posição no ranking mundial de inovação”, afirmou.